



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 9794/2009

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 288/2000, de 13 de Novembro, prorrogo por mais um ano, com efeitos a partir desta data,

a comissão de serviço, como mordomo, do assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República Jorge da Silva Lopes.

9 de Março de 2009. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

201644724



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Aviso (extracto) n.º 7847/2009

Nos termos do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi distribuída a lista de antiguidade dos funcionários da Assembleia da República, homologada pelo meu despacho de hoje, reportada a 31 de Dezembro de 2008.

Da organização da referida lista cabe reclamação, a interpor no prazo de 30 dias, contados da data de publicação do presente Aviso, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do supracitado diploma legal.

31 de Março de 2009. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.
201642148

Declaração de rectificação n.º 1029/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Actos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 29 de Julho, declara-se que o Despacho (extracto) n.º 9041/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2009, foi publicado com inexactidão, que assim se rectifica: onde se lê:

“(…) do quadro de pessoal da Assembleia da República (…)”

deve ler -se:

“(…) do mapa de pessoal da Assembleia da República (…)”

2 de Abril de 2009. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

201644424



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 9795/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, nomeio a Dr.ª Ana Filipa de Caldas Passos, técnica superior do Gabinete Jurídico da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, para prestar apoio técnico, no âmbito da assessoria jurídica do meu Gabinete, com o estatuto remuneratório que compete às secretárias pessoais do Gabinete.

Este despacho produz efeitos a partir do dia 23 de Março de 2009.

10 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

8142009

abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Felício Mendes.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7902009

Despacho n.º 9797/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação de Cultura Musical Fernando e Lúcia Carvalho.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7882009

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 9796/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao

Despacho n.º 9798/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221,

de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Escola Profissional de Setúbal.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7912009

Despacho n.º 9799/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Maria Dias Ferreira.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7922009

Despacho n.º 9800/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Vox Populi.

27 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

7892009

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 9801/2009

A Associação Portuguesa de Corridas de Aventura, filiada na Federação Portuguesa de Orientação, organizará, no próximo mês de Novembro de 2009, a Final do Campeonato do Mundo de Corridas de Aventura (Adventure Race World Championship 2009).

O evento acima referido constitui uma das mais relevantes organizações internacionais em matéria de corridas de aventura, com uma distância aproximada de 900 km, cerca de cento e vinte horas de prova em formato *non-stop*, prevendo-se a participação de um máximo de 80 equipas (com quatro elementos por equipa, dos quais um obrigatoriamente feminino), sendo prevista uma ampla cobertura televisiva a nível nacional e internacional.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, reconheço como sendo de interesse público o evento desportivo acima referido.

31 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

7762009

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho n.º 9802/2009

Considerando a criação da figura de controlador financeiro pelo Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro;

Atendendo a que os controladores financeiros devem ser afectos a áreas ministeriais de actuação;

Tendo ainda em conta os requisitos estipulados pelo artigo 9.º do citado decreto-lei quanto à nomeação de controladores financeiros;

Considerando, por último, a necessidade de proceder à nomeação de um novo controlador financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em virtude da cessação de funções do anterior titular do cargo, determina-se:

1 — É nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, o licenciado José Albano da Silva Santos.

2 — A presente nomeação fundamenta-se nas competências académicas e na experiência profissional do nomeado, relevantes para o sector

em que irá exercer funções, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Março de 2009, sendo feita pelo prazo de um ano, sem prejuízo da possibilidade da renovação deste mandato, nos termos legais.

1 de Abril de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Síntese do *curriculum vitae* de José Albano da Silva Santos

Data e local de nascimento: 29 de Março de 1948; Amoreira (Óbidos);

Formação académica: Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, em 1973, com média final de 15 valores.

Ações de formação profissional:

a) Diversos estágios sobre análise de rendimentos, designadamente nos Estados Unidos da América (*General Accounting Office*) e, sob o patrocínio da OCDE, em França (v. g., Insee, Cepremap, Ministère de l'Économie et du Budget) e no Reino Unido (v. g., Institut of Economic and Social Research, Centre for Labor Economics).

b) Diversos estágios, no âmbito da OCDE, sobre evasão fiscal e economia subterrânea, designadamente no BIT (Genebra), no Centro Studi Investimenti Sociali (Roma), no Centre d'Études Travail et Société da Universidade de Paris IX, no Laboratoire d'Économie Sociale da Universidade de Paris I, na Maison des Sciences de l'Homme (Paris), no INSEE e no CNRS (Lyon).

Actividade profissional:

1 — Funções actuais:

a) Técnico Superior do GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

b) Docente Universitário (cadeira de Economia Pública do ISCSP-UTL).

2 — Algumas funções precedentes:

a) Controlador Financeiro do Ministério da Saúde (nomeado por Despacho n.º 306/2006 do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e da Administração Pública e do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República* de 3 de Abril de 2006);

b) Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (nomeado por Despacho conjunto n.º 965/2003 do PM e do MOPH, publicado no *Diário da República*, de 8 de Outubro de 2003);

c) Auditor de Defesa Nacional (CDN 2003);

d) Adjunto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores (nomeado por Despacho n.º 30/MR/91 daquele Ministro, publicado no *Diário da República* de 10 de Maio de 1991);

e) Vogal da Comissão de Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas;

f) Vogal da Comissão de Reforma da Tributação do Património (Conselho Superior de Finanças), nomeado por Despacho n.º 6122/97 (2.ª série) do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* de 19 de Agosto de 1997);

g) Prelector do curso de Estudos Avançados de Administração Pública ministrado no Instituto Nacional de Administração;

h) Assistente convidado do ISEG, onde foi, durante vários anos, encarregado da regência da cadeira de Finanças Públicas;

i) Assessor do Ministro das Finanças;

j) Consultor principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (Ministério das Finanças);

k) Membro da Equipa de Auditoria de Gestão (nomeado por Despacho Conjunto n.º A-149/89-XI do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* de 16 de Agosto de 1989);

3 — Alguns trabalhos publicados:

a) *Teoria Fiscal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Lisboa, 2003;

b) O Défice Orçamental — Ainda e Sempre? *Nova Cidadania*, Ano IV, n.º 14, Out./Dez. de 2002;

c) Sistemas Fiscais: Análise Normativa, *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 388, Out.-Dez. de 1997.

d) (em colaboração com H. Medina Carreira), *Contas Públicas e Despesas Sociais: Evolução Recente e Previsão para 1995-2010*, Fórum Social, 1996.

e) *Sinopse da Economia Açoriana*, Edições ASA, 1995.

f) O Modelo de Baumol e o Crescimento do Sector Público, *Estudos de Economia*, VIII, n.º 1, 1987;